

***Enseñanza y desigualdades sociales: una interpretación sociológica de las prácticas pedagógicas e de las normas de excelencia en el estado de Río de Janeiro .**

Rafael Damasceno.

Cita:

Rafael Damasceno (2007). **Enseñanza y desigualdades sociales: una interpretación sociológica de las prácticas pedagógicas e de las normas de excelencia en el estado de Río de Janeiro. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/593>

As fichas de avaliação são artefatos construídos pela Secretaria Estadual de Educação que, de alguma maneira, expõem uma preferência sobre determinadas características intelectuais e comportamentais dos alunos, para serem avaliadas pelos professores, em detrimento de outras. Não participando da construção desse artefato, os professores registram nessas fichas suas observações, resultantes de uma medição ou de sua experiência, que podem ser ilusórias ou imperfeitas, uma vez que desconhecem o método ou a aparelhagem com que se construiu esse artefato.

Seguidamente, ao longo desses três anos, a Secretaria Estadual de Educação vem introduzindo novas regras de avaliação escolar, sem, contudo, apresentar nenhum estudo que identifique as possíveis falhas nos preenchimentos das fichas ou aponte a ineficácia do modelo a ser substituído. Novos modelos de avaliação são elaborados pela Secretaria de Educação e introduzidos nas escolas sem a participação dos professores. Assim é que, ao introduzir o modelo da Progressão Continuada, sistema de avaliação que tem suscitado um intenso debate entre educadores, a Secretaria de Educação não ofereceu cursos de preparação para os professores quando converte em obrigatórias essas novas regras de avaliação. Por esse sistema de avaliação continuada, a reprovação só é permitida em dois ciclos: após o final da segunda série, quando se dá o término do primeiro ciclo e após o final da quarta série, ocasião do final do segundo ciclo. De acordo com o sistema vigente, o primeiro ciclo compreende os três primeiros anos letivos de escolaridade e, o segundo ciclo, compreende os dois anos seguintes ao do final do primeiro ciclo. Em conformidade com o “Caderno de Avaliação da Aprendizagem” (2004), disponível para leitura e impressão no sítio da Secretaria Estadual de Educação:

“Os ciclos compreendem períodos escolares que ultrapassam as séries, submetendo o tempo da escola ao tempo das aprendizagens. O objetivo é evitar a fragmentação do currículo que decorre do regime seriado, além de possibilitar maior integração dos conhecimentos, prevendo unidades maiores e mais flexíveis, motivo pelo

qual a retenção do aluno só ocorre ao final dos ciclos, quando constatadas dificuldades de aprendizagens” (p. 14).

A organização em ciclos foi estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação (Parecer CEE nº 25/1998), que ordena o primeiro segmento do Ensino Fundamental das escolas da Rede Pública Estadual em dois ciclos e, ainda, estabelece as competências esperadas nessas etapas de escolaridade:

“Ao final do 1º ciclo, o aluno deverá ser capaz de ler, escrever pequenos textos, assim como operar com números e resolver problemas elementares.

No 2º ciclo, dedicado à sistematização e à continuidade do processo de alfabetização, o aluno deverá: produzir e interpretar textos com conhecimento lingüístico; compreender e propor normas de convivência; resolver situações-problema utilizando propriedades matemáticas; reconhecer mudanças na sociedade, no tempo e no espaço e identificar fenômenos naturais e materiais, através de explicações científicas” (p. 14).

Pode-se examinar a visão da Secretaria Estadual de Educação sobre a avaliação escolar através do “Caderno de Avaliação da Aprendizagem”. O Caderno é apresentado como um guia, com orientações para a implementação da Portaria SAPP nº 048/04, que estabelece normas de avaliação do desempenho escolar para o ensino fundamental e médio, e dá outras providências.

O Caderno compreende duas partes. Na primeira, faz uma descrição minuciosa da Portaria 048/04; na segunda, sugere métodos para a elaboração de instrumentos de avaliação. Em anexo, modelo de Relatório de Avaliação, instrumento oficial criado pela Portaria E/SAPP nº 48/04 em seu artigo 3º.

O Caderno descreve pormenorizadamente o mecanismo da avaliação a ser implementado pelas unidades escolares.

o texto de apresentação do Caderno define a concepção de avaliação orientadora do sistema educacional fundamentada numa perspectiva construtivista de conhecimento que concebe a criança, o jovem e o adulto como sujeitos de seu próprio desenvolvimento, *“autônomos, participativos, inseridos num determinado contexto sócio político e cultural”* (id. p. 5).

“O objetivo das mudanças é aperfeiçoar as diretrizes que orientam o processo avaliativo e auxiliar os docentes em seu cotidiano, certos de que a avaliação, mais que uma exigência institucional, é uma prática que cumpre diversas funções e auxilia a configurar o ambiente educativo” (pp. 5/6)

No processo de avaliação, o papel dos educadores é zelar pela aprendizagem dos alunos, tornando a escola um espaço de convivência no qual a avaliação deve ser instrumento para novos caminhos. A Secretaria Estadual de Educação acredita ser função do processo avaliativo possibilitar a regulação da aprendizagem; assim sendo, considera importante a coleta de dados sobre a situação dos alunos, pois, a partir desses dados, pode-se tomar decisões sobre o seu processo de aprendizagem. Sob essa perspectiva, a avaliação da aprendizagem *“não se esgota em si mesma”* (p. 7). A avaliação é feita para tornar possível intervir, agir e corrigir os rumos do trabalho dos professores. Por isso, a avaliação deve estar a serviço do aluno e não da classificação, voltada para a formação integral dos estudantes e não somente para a sua instrução.

É necessário também, ainda de acordo com o Caderno, refletir sobre as duas dimensões avaliativas: a dimensão técnica e a dimensão ética; as dimensões avaliativas não se confundem, mas se complementam, devendo estar sempre presentes na hora de avaliar.

As questões próprias referentes à dimensão técnica da avaliação tratam o *que* avaliar e *como* avaliar, e são bem conhecidas dos professores. Já as questões da dimensão ética apresentam outra ordem de interrogação: *por que* avaliar, *para que* avaliar, *quem* se beneficia da avaliação, *que* usos fazem os alunos e a sociedade da avaliação que se pratica na escola.

Apenso ao Caderno encontra-se o instrumento oficial de avaliação – Relatório de Avaliação – criado pela Portaria E/SAPP nº 48/04. O Relatório deve ser escrito pelo professor, em forma apropriada, para que se constitua um documento que torne concreto, autêntico e plausível o registro do desenvolvimento das competências escolares dos alunos. Sem fazer uso de critérios quantitativos de avaliação, o professor deve valorizar o desenvolvimento real do aluno, aquilo que ele já conhece, seu desenvolvimento potencial, seu progresso em outros aspectos, além de indicar as dificuldades a serem superadas, devendo ser consideradas relevantes todas as situações de aprendizagem. Tudo isso deve ser devidamente registrado no Relatório.

O professor encontra o “Roteiro para a elaboração de relatório” apenso ao Caderno, com a relação dos principais tópicos que devem ser abordados na avaliação. Nesse Roteiro, a Secretaria de Educação apresenta alguns aspectos do processo educativo escolar como sugestões para que o professor possa *“analisar, refletir e modificar de acordo com o projeto pedagógico da escola, com a realidade da turma e de cada aluno”* (p. 27).

A Secretaria de Educação dividiu em três os tópicos referentes aos campos a serem preenchidos, na ficha de avaliação dos alunos, pelos professores.

O primeiro tópico contém referências sobre a “Formação Pessoal e Social” do aluno. No segundo tópico, “Áreas de Conhecimento”, a Secretaria recomenda que o professor relate de modo “claro e sucinto” (p. 27), as conquistas e as dificuldades apresentadas pelos alunos, em relação aos conteúdos, e habilidades trabalhados, e destaca alguns aspectos importantes que permitirão seu avanço nas etapas seguintes da escolarização. O último tópico, denominado “Conclusões/Recomendações”, permite que o professor sintetize suas observações, *“sempre com o compromisso de apontar algo para o futuro”* (p. 29). Recomenda-se avaliar cotidianamente o aluno. Se assim for, o professor deverá preencher, diariamente, a ficha de avaliação de cada aluno.

Essas fichas de avaliação apresentavam-se, para mim, como produto das relações sociais de um grupo de indivíduos. Percebi, então, que estava diante de um material de pesquisa que poderia ser interrogado pelas Ciências Sociais, principalmente pela Sociologia, que se ocupa de descrever e analisar os

fenômenos da educação, suscetíveis de descrição ou explicação a partir de perspectivas metodológicas diferentes. Os fenômenos sociais apresentam-se sob múltiplos olhares, relativos a épocas, sociedades, situações e contextos diversos. Ao mesmo tempo em que determinam a ação dos indivíduos e de grupos de indivíduos os fenômenos sociais são produtos das ações dos indivíduos, afim de explorar as práticas de avaliação escolar dos professores de uma escola de Ensino Fundamental da rede pública estadual, com a finalidade de nelas identificar as referências e os valores dominantes, a partir de um enfoque sociológico, fundamentado em Bourdieu (1998) e Lahire (1997). São vários os estudos sociológicos sobre a função da escola, em seus aspectos de socialização, reprodução cultural e construções afetivas, além das funções distributiva e econômica. Bourdieu (1998, p.192), em sua leitura do juízo professoral, afirma que a classificação professoral se apóia *“sobre todo um conjunto de critérios difusos, jamais explicitados, padronizados ou sistematizados, que lhe são oferecidos pelos trabalhos e exercícios escolares ou pela pessoa física de seu autor”*.

Em seu trabalho, “Sucesso Escolar nos Meios Populares – As razões do improvável”, Bernard Lahire assinala o relativismo da avaliação, como algo que a acompanha desde seu primeiro momento, pois as diferentes situações onde o conteúdo avaliado e a meta a que se pretende alcançar estão sempre sofrendo variações; os diferentes alunos avaliados, cada qual com sua subjetividade, com sua configuração social específica, e os diferentes avaliadores vão impedir que a avaliação tenha uma estrutura homogênea e inflexível: *“Basta imaginar classes com níveis relativamente altos para compreender que as notas dependem particularmente de um contexto”* (Lahire,1997, p. 48).

Na verdade, como já dito anteriormente, a minha intenção é analisar a continuidade das práticas de avaliação dos professores em relação aos alunos, ano após ano, com a finalidade de identificar os julgamentos desiguais, de aluno para aluno, e também, as formas como os professores lidam (interpretam) com as diferentes fichas de avaliação construídas pela Secretaria Estadual de Educação.

Assim sendo, a base empírica da pesquisa é constituída de registros escolares anuais de alunos, além de entrevistas com professores e documentos emitidos pela Secretaria Estadual de Educação.

A idéia das fichas de avaliação por extenso, remete imediatamente à discussão levantada por Perrenoud (1999), sobre as lógicas do sistema onde oscila a avaliação. Ele elucida duas lógicas principais: 1- a avaliação a serviço da seleção, que cria hierarquias de excelência, a partir de variações construídas pelos próprios professores, por meio de uma escala que distribui os alunos em classes e/ou grupos, segundo sistema ou método de classificação adotado, de modo a evidenciar as variações entre os conhecimentos ou as competências adquiridos; 2 - a avaliação a serviço das aprendizagens ou “avaliação formativa”, uma avaliação como instrumento de regulação contínua das intervenções das situações didáticas, voltada para o tratamento individual das dificuldades de cada aluno.

A avaliação formativa, de acordo com Perrenoud, pretende deslocar a regulação da avaliação em função de sua dinâmica de conjunto, e da distribuição de resultados para o nível das aprendizagens e individualizá-la. Para o autor, o diagnóstico de uma avaliação é inútil se não der lugar a uma ação apropriada, e a verdadeira avaliação formativa é acompanhada de uma intervenção diferenciada, em termos de ensino, de organização dos horários, de organização do grupo-aula, até mesmo de transformações radicais das estruturas escolares, exigindo de quem a adota, uma visão mais igualitarista da escola. É uma prática que assume todo o seu sentido ao se mostrar como uma estratégia contra o fracasso e as desigualdades sociais.

No caso das fichas de avaliação, percebe-se uma tentativa por parte do Governo do Estado, de adotar a avaliação formativa (Perrenoud) por meio da “Ficha de Avaliação do Aluno”, um instrumento de acompanhamento individual de cada aluno, bimestre por bimestre e do “Registro Final Individual do Aluno”, avaliação sobre o seu desempenho ao longo do ano letivo.

Segundo Bourdieu (1998), a classificação do juízo professoral *“se apóia sobre todo um conjunto de critérios difusos, jamais explicitados, padronizados ou sistematizados, que lhe são oferecidos pelos trabalhos e exercícios escolares ou pela pessoa física de seu autor”*. Que critérios utilizar? Como utilizá-los? Cabe ao professor escolher entre as expectativas contraditórias

existentes a respeito do papel da escola. A generalização dos desempenhos dos alunos encontrados nas fichas de avaliação analisadas nesta pesquisa, parafraseando Bourdieu, “*se objetiva sob a forma de adjetivos*” (p. 195). Esses adjetivos, segundo Bourdieu, cumprem a função contraditória de permitir uma operação de classificação social, de forma dissimulada.

Nas sete fichas de avaliação por mim examinadas, encontrei vários “adjetivos” utilizados para avaliar os alunos que são de difícil compreensão, têm um significado dúbio, ou simplesmente não têm significado. Um deles “*soube se localizar no tempo e no espaço*” aparece em três das sete fichas. Outros, como: “*Interessou-se pelo mundo que nos cerca, focalizando o presente e o passado*”; “*Precisa ser mais solto*”; “*O aluno é imaturo*”. Os significados de tais expressões parecem-me restritos à categoria docente, uma espécie de “termo técnico” para designar alguma qualidade especial do aluno. Suponho que nenhum dos pais dos alunos deva saber ao certo o que significa essas expressões.

Bernard Lahire (1998) constata que os professores evocam tanto quanto, ou senão mais, as características comportamentais dos alunos do que seus desempenhos ou qualidades intelectuais. Essa constatação pode ser comprovada, nesse estudo, nos julgamentos dos professores sobre seus alunos. Em todas as fichas de avaliação, encontrei situações em que o comportamento do aluno foi priorizado pelos professores. A preocupação dos professores com a adaptação do aluno às normas da escola se sobrepõe à preocupação com a apreensão dos conhecimentos. Vários são os adjetivos utilizados para esboçar o retrato do aluno: “*ligeiro*”, “*preguiçoso*”, “*infantil*”, “*desatento*”, “*inteligente*”, “*lento*”. Lahire explica que a importância dada às qualidades comportamentais ou sociais pelos professores deve-se ao fato de ser a escola primária (Ensino fundamental) o primeiro degrau do edifício escolar, “*um lugar de vida, com regras explícitas relativas à vida em comum, à relação com o adulto, à disciplina, um lugar onde são inculcadas novas estruturas mentais, novos saberes e relações com o saber*”(p.57).

Lahire faz uma crítica a avaliação que se dá aos alunos, dizendo que em alguns momentos ela ou é muito global - o aluno muito ruim, muito bom, inteligente, etc, ou restrita - fraco nesta ou naquela matéria. A crítica de Lahire vale para as avaliações feitas pelos professores. De fato, ou elas

apresentam caráter de generalidades ou fixam-se em determinada matéria - “tem dificuldades em leitura”, “não domina as quatro operações”, etc.

O sistema clássico de avaliação acaba revelando, em sua busca pelas hierarquias de excelência das certificações um caráter utilitarista que vai favorecer uma relação semelhante com o saber, onde os alunos irão trabalhar “pela nota” e por ela apenas - “*só melhorou na participação em aula quando soube da recuperação paralela*” (professora, referindo-se ao aluno). Estabelece-se aí, uma relação de troca com o professor: uma negociação, onde os alunos trabalham, se aplicam, ficam em silêncio, se concentram, se tornam solícitos e cooperativos, ou seja, se aproximam do conceito de “aluno ideal”, desde que o professor em troca os passe de ano – “*resolveu mudar de atitude quando viu o final do ano se aproximar*” (id.).

Bourdieu (1998), acredita que o sistema de classificação escolar, na verdade é precedido por um sistema de classificação, que além de preceder o próprio sistema de classificação escolar, precede o sistema de classificações sociais que determinam ou legitimam as primeiras. Acredita também, que as operações de classificação são o lugar privilegiado onde se revelam os princípios organizadores do sistema de ensino no seu conjunto.

Ao formular o modelo de fichas de avaliação por extenso, a Secretaria de Educação pretendia implantar os princípios da avaliação formativa nas escolas da rede estadual de Ensino Fundamental. No entanto, o desconhecimento dos princípios orientadores desse novo modelo pelos professores inviabilizou a sua implantação. O estabelecimento desse modelo exigiria que se organizasse os horários da escola e as turmas por padrões diferenciados, o que não ocorre. A escola pública estadual organiza-se por padrão uniforme que impede o acompanhamento diferenciado de seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo. Editora Ática, 1995.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). Escritos de educação. Petrópolis. Editora Vozes, 2001.

Rio de Janeiro (Estado). Secretaria Estadual de Educação. Caderno de Avaliação da Aprendizagem (2004).

<http://www.see.rj.gov.br/cursonormal/cadernodeavaliacao>.

Acessado em 10/11/2005.

DAMASCENO, Rafael P.C. Retratos escolares: Um estudo sociológico exploratório das práticas de avaliação escolar de uma escola de ensino fundamental da rede estadual em Campos dos Goytacazes.